

MAQUIS: UM JORNALISMO DE OPOSIÇÃO ORIGEM E FUNDAÇÃO DA REVISTA DO CLUBE DA LANTERNA

MAQUIS: AN OPPOSITION JOURNALISM ORIGIN AND FOUNDATION OF THE CLUBE DA LANTERNA'S MAGAZINE

Caio César Cuzzo Pereira¹

Resumo: O Clube da Lanterna foi uma organização civil de perfil político criada em 1953 pelo jornalista Fidélis dos Santos Amaral Netto. Em 1956, Amaral Netto fundou *Maquis*, a revista do Clube. Nosso objetivo é compreender a origem e fundação destas duas instituições (Clube e *Maquis*) através de um mapeamento bibliográfico e exposição de um conjunto de evidências empíricas. Após, demonstraremos que há uma lacuna na historiografia a ser preenchida sobre a atuação da revista *Maquis*.

Palavras-Chave: Imprensa – Maquis – Clube da Lanterna

Abstract: Clube da Lanterna was civil organization with a political profile created in 1953 by journalist Fidélis dos Santos Amaral Netto. In 1956, Amaral Netto founded *Maquis*, the Clube's magazine. Our goal is to understand the origin and foundation of these two institutions (Clube and *Maquis*) through a bibliographic mapping and exposure of a set of empirical evidence. Afterwards, we will demonstrate that there is a gap in the historiography to be filled about the performance of the magazine *Maquis*.

Keywords: Press – Maquis – Clube da Lanterna

1. Como pesquisar a imprensa

Afinal, o que significa pesquisar a imprensa? Historiadores podem formular respostas diversas a esse tipo de questionamento. Tomar a imprensa como objeto pode significar investigar a constituição da profissão de jornalista; mapear as posições editoriais políticas dos jornais; analisar às transições tecnológicas de produção e circulação; compreender aspectos culturais do campo; problematizar a notícia, produto do jornalismo; e assim por diante. Como

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Mestre e graduando em História (UFRRJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos da Política e História Social (NEPHS). Contato: caiocuzzo@gmail.com

se vê, a pesquisa sobre jornais abre um universo de possibilidades ao historiador. Mas não se pode ignorar os desafios que esse tipo de empreendimento intelectual reserva. Tendo em vista essas reflexões, buscaremos inicialmente apontar um caminho teórico funcional para se trabalhar com a imprensa.

Sendo assim, tais escolhas invariavelmente resultarão em um processo de seleção – que também implica exclusão – do que será analisado. A imprensa pode ser tomada como fonte, objeto ou ambos no empreendimento de pesquisa. No nosso caso, estamos inseridos nessa terceira possibilidade. Essa posição nos direciona a questionar o que foi a instituição selecionada como objeto, quem foram os jornalistas que lá escreviam, qual o contexto histórico em que se inseriam e, por fim, a construção das notícias que veiculavam em suas edições. Isso porque para o historiador a imprensa é muito mais do que um corpo de notícias reunidas em um número específico de páginas. Jornais e revistas são agentes sociais que operam recortes a partir de acontecimentos criando pesos e medidas para uns e outros. Partir desta perspectiva justifica a importância de se pesquisar historiograficamente a imprensa. Afinal, sob a categoria imprensa estão instituições que reúnem sujeitos que, como destacou o sociólogo Pierre Bourdieu, detêm acesso aos mecanismos de produção para nos fazer ver o mundo através das representações noticiosas que constroem e difundem.²

Vejamos o caso da imprensa do Rio de Janeiro nos anos 1950 (nosso recorte cronológico). De acordo com a historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro, esse período foi marcado pelo desenvolvimento da imprensa empresarial e pela introdução de novas formas de se redigir notícias. A escrita dos jornalistas foi sendo enquadrada a partir das técnicas jornalísticas estadunidenses do lide e da pirâmide invertida. O lide orientava os jornalistas a reunir no início da matéria as informações mais importantes do assunto abordado. A pirâmide invertida propunha a organização dos parágrafos do texto da notícia em ordem decrescente de relevância. Nas redações, certos jornalistas passaram a ter a função de copidesques, ou seja, eram responsáveis por revisar as matérias dos seus colegas que iriam para impressão da edição. E, também, o conceito de primeira página como espaço de destaque e a fotografia se tornaram elementos de elevado valor simbólico para a imprensa carioca dos anos 1950.

Enquanto se processavam essas modificações editoriais, a imprensa do Rio de Janeiro procurou difundir tais transformações para seus leitores. Existiam alguns objetivos que motivavam essa empreitada. Primeiro, suscitar no público o reconhecimento da imprensa como

² BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão. Seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1997. P. 66.

um campo³ de difusão de verdades através do conceito de objetividade jornalística. Isso supunha a separação entre notícias informativas e notícias opinativas (que identificava às primeiras como relatos objetivos do que acontecia diariamente). Segundo, há um sentido legitimador do que supostamente seria a função social desta imprensa: intermediar o contato da sociedade com o que ocorre ao seu redor. Terceiro, diferenciar o jornalismo da década de seu predecessor (dos anos 1940) que seria caracterizado pelos textos opinativos e pela linguagem agressiva.⁴

Essa alegada separação entre informação e opinião utilizada pela imprensa carioca tem suas raízes na América do Norte e da Europa do século XIX. Segundo o teórico do jornalismo Nelson Traquina, o surgimento da chamada *penny press* em países como Estados Unidos, França e Portugal (1830-1840) foi o estopim para esse novo jornalismo que almejava privilegiar à informação. A objetividade, enquanto conceito jornalístico, foi formulada pelo campo no início do século XX e seria parte deste processo iniciado com a *penny press*. Para Traquina, o conceito de objetividade jornalística foi uma metodologia criada em um momento que até mesmo a veracidade dos fatos era questionada nas sociedades.⁵

Todavia, esse conceito de objetividade jornalística exposto pela imprensa carioca dos anos 1950 ignorava algumas questões. Primeiro, instituições jornalísticas são feitas por agentes sociais que possuem trajetórias, relações, interesses, simpatias e desavenças. Segundo, a hierarquia interna de cada uma destas instituições (baseada na linha editorial) que, em certa medida, orienta o que noticiar e como noticiar. Logo, ao contrário do que foi difundido pela imprensa do Rio de Janeiro nos anos 1950, as notícias não têm valor intrínseco. São os jornalistas que definem valores em seu trabalho diário nas redações. A historiadora Marialva Barbosa questionou esse conceito de objetividade afirmando que são princípios subjetivos que determinam quais fatos serão notícias. Essa perspectiva, na qual nos incluímos, implica que não

³ O conceito de poder simbólico de Bourdieu se aplica a estas especificidades da imprensa. Segundo Bourdieu: “o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma *illocutionary force*, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. P. 14-15.

⁴ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 31, 2003. P. 149.

⁵ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2° edição. Florianópolis: Editora Insular, 2005. P. 135.

é o interesse da sociedade que determina o que é notícia mas, sim, os interesses econômicos, políticos e sociais daquelas instituições que veiculam notícias.⁶

De forma sintética, estas são as bases teóricas da pesquisa que estamos desenvolvendo sobre instituições jornalísticas de oposição ao governo Juscelino Kubistchek. Neste artigo, trataremos de uma parte desta investigação que discute a origem e a fundação da revista *Maquis*, criada pelo Clube da Lanterna em 1956. Para tanto, faremos um mapeamento bibliográfico sobre o período da década de 1950 e apontaremos algumas evidências por nós encontradas em jornais da época. O texto se divide em cinco partes. Na segunda, debateremos o contexto político do Rio de Janeiro no qual surgiu o Clube da Lanterna, organização responsável pela revista. Na terceira parte, discutiremos a rede de relações desta organização enfocando as interações com o jornalista Carlos Lacerda e seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*. Na quarta parte, analisaremos como ocorreu a fundação da revista *Maquis*, quem eram os jornalistas que formavam sua equipe e, sinteticamente, sua atuação durante o governo Kubistchek. Com base nessa discussão, defenderemos na parte cinco que há uma lacuna historiográfica a ser preenchida sobre a atuação jornalística de *Maquis* no período e apresentaremos algumas questões que motivam nosso esforço de pesquisa.

2. A lanterna contra Getúlio Vargas e *Última Hora*

Para entendermos a fundação do Clube da Lanterna (1953) e a posterior criação da revista *Maquis* (1956) é necessário fazer um recuo temporal e discutir o contexto político brasileiro. O mandato presidencial de Eurico Gaspar Dutra (PSD) estava próximo do fim e os três maiores partidos da época se articulavam para anunciar seus candidatos à eleição. O partido de Dutra e a União Democrática Nacional (UDN) tentaram formar uma coligação mas não obtiveram sucesso. Assim sendo, o PSD anunciou Cristiano Machado como seu proponente à presidência. Por sua vez, a UDN escolheu Eduardo Gomes, brigadeiro da Aeronáutica que havia sido derrotado por Dutra no pleito anterior. Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) escolheu o ex-ditador Getúlio Vargas que, em 1945, foi destituído do poder estado-novista pelos militares.

Questionando a trajetória do jornalista Carlos Lacerda, a historiadora Marina Gusmão de Mendonça afirmou que a possibilidade de retorno de Getúlio Vargas ao poder foi entendida

⁶ BARBOSA, Marialva. *Senhores da memória*. INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, Vol. XVIII, N° 2, pág. 84-101, jul./dez. 1995. P. 85.

como uma ameaça por Lacerda. Nos tempos do Estado Novo, Lacerda foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fator que lhe transformou em um dos alvos da repressão da Polícia Política. Porém, em 1945, o apoio dos comunistas ao movimento que preconizava a redemocratização do país mantendo Vargas no poder teria motivado o rompimento de Lacerda com o partido. Por outro lado, o PCB determinou a expulsão do jornalista quando este publicou uma matéria sobre o comunismo no jornal *O Observador Econômico e Financeiro*. Esse processo culminou na reorientação política de Lacerda que passou a integrar à UDN, legenda que reunia opositores de Vargas. No momento em que os candidatos à presidência estavam definidos (1950), Carlos Lacerda era um jornalista de prestígio e dono de seu próprio jornal. Ainda de acordo com Mendonça, ele contou com o apoio de empresários e amigos para fundar a *Tribuna da Imprensa* no Rio de Janeiro (1949).⁷

Foi através dos editoriais publicados no jornal que Lacerda buscou combater a candidatura de Getúlio Vargas. Mas uma aglutinação de forças políticas deu o suporte necessário para que o ex-ditador vencesse. A cientista política Lúcia Hippólito, ao analisar o PSD, demonstrou como o partido abandonou a candidatura de Cristiano Machado para apoiar Vargas.⁸ No caso do PTB, a historiadora Maria Celina D'Araújo afirmou que a estratégia do partido de liberar suas seções estaduais para compor alianças que fortalecessem a coalizão pela presidência foi bem-sucedida. Assim, Vargas derrotou Távora e Machado e se tornou um presidente democraticamente eleito.⁹

Getúlio Vargas também contou com o trabalho do repórter Samuel Wainer que cobriu sua campanha para os jornais dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Em 1951, quando tomou posse no cargo, Vargas ajudou Wainer a fundar o jornal *Última Hora*. Seu objetivo era ter um veículo jornalístico capaz de divulgar e defender o governo contra seus opositores (entre eles a *Tribuna da Imprensa* de Lacerda). O auxílio financeiro se deu através de empréstimos do Banco do Brasil. Assim, Wainer comprou uma sede e maquinários, contratou jornalistas; importou papel-imprensa e ofereceu um jornal de qualidade editorial elevada para os leitores do Rio de Janeiro. Segundo Ana Maria de Abreu Laurenza, a *Última*

⁷ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002. P. 101.

⁸ HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. P. 99.

⁹ ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. P. 57.

Hora foi se tornando um dos jornais de maior tiragem da cidade atingindo, em 12 de janeiro de 1953, uma tiragem de 141.150 exemplares.¹⁰

Na *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda denunciava constantemente o uso de dinheiro público por parte de Vargas para financiar a *Última Hora*. Em meio às críticas de Lacerda, Samuel Wainer publicou um editorial em que definiu seu concorrente como o “lanterninha” da imprensa do Rio de Janeiro. A resposta à Wainer também foi feita em editorial por Lacerda. No texto, o jornalista categorizou sua atuação na *Tribuna da Imprensa* como uma lanterna que iluminava os ladrões do país, ou seja, Vargas e Wainer.¹¹ Foi em 1953 que a campanha de Lacerda contra a *Última Hora* transbordou de uma disputa jornalística para uma investigação oficial. O Congresso aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar os empréstimos públicos concedidos pelo governo à imprensa. Em seu livro de memórias, Samuel Wainer afirmou ter sido sua ideia a criação de uma CPI. O jornalista disse ter acreditado que a maioria governista no parlamento (PSD-PTB) iria controlar o processo e encerrar as acusações de Carlos Lacerda.¹²

Independentemente da veracidade do que disse Wainer, certo é que o cenário político havia se alterado. As críticas constantes ao governo Vargas na imprensa tinham minado parte de sua base de apoio congressista composta pelo PSD. De acordo com Hippólito, a preocupação com a CPI fez com que o partido abandonasse o governo. Essa estratégia se baseava em um cálculo político de não manchar a imagem do PSD perante a sociedade. Afinal, o partido intencionava lançar um candidato seu para a eleição presidencial que se avizinhava. Até mesmo o membro petebista da CPI (deputado Anésio Frota Aguiar) aglutinou forças com a oposição na investigação da *Última Hora*.¹³

Esse revés deflagrado por Carlos Lacerda teve repercussões sérias. No campo político, Getúlio Vargas perdeu um forte aliado, o PSD. No campo jornalístico, jornais destacaram os desdobramentos da CPI da *Última Hora* que acusavam o governo de interferir na imprensa. Antes de mais nada, o jornal de Wainer era um concorrente de relevo no mercado, o que explica em parte a importância dada ao assunto pelos jornais. Contraditoriamente, o jornal criado para dar suporte ao governo Vargas se tornou a principal arma da oposição graças a essas denúncias.

¹⁰ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC, 1998. P. 53.

¹¹ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC, 1998. P. 59.

¹² WAINER, Samuel. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: editora Record, 1988. P. 177.

¹³ HIPPLÍTO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Op. Cit. 2012. P. 111.

O resultado conquistado com a CPI foi comemorado por Lacerda e seus funcionários na *Tribuna da Imprensa*. De acordo com John Dulles, historiador e biógrafo do jornalista, o repórter Fidélis dos Santos Amaral Netto aproveitou a ocasião para oferecer uma festa à Lacerda e, posteriormente, fundar o Clube da Lanterna:

No início de agosto, a *Última Hora* anunciou que Bocaiúva Cunha seria legalmente responsável pela direção do jornal em lugar de Wainer. Amaral Neto, repórter da *Tribuna*, satisfeito com os acontecimentos, usou sua casa em Niterói para a “primeira celebração dos resultados conseguidos pela *Tribuna da Imprensa* na luta que trava pela liberdade de imprensa no Brasil”. Foi chamada Festa da Lanterna, uma referência ao emblema no cabeçalho usado como resposta ao comentário de “lanterninha” feito pela *Última Hora*. Mais de 100 pessoas aplaudiram quando Carlos ganhou um alfinete de gravata de ouro, e Letícia, um broche, cada um representando uma lanterna. Mais tarde, ainda em agosto, Amaral Neto fundou o Clube da Lanterna, tornando-se seu presidente. Os leitores da *Tribuna* foram convidados a entrar para o clube, enviando o pagamento de suas inscrições para o endereço da rua do Lavradio. Logo o clube alcançou tanto sucesso que foi aberto um escritório na rua Senador Dantas.¹⁴

Como buscamos demonstrar, a fundação do Clube da Lanterna foi um dos desdobramentos das disputas políticas e jornalísticas entre Carlos Lacerda, Getúlio Vargas e Samuel Wainer. Sendo assim, o Clube da Lanterna foi gestado com um objetivo específico: reunir pessoas interessadas em apoiar Carlos Lacerda em suas campanhas contra o governo Getúlio Vargas. Para isso, a organização contou com o auxílio da *Tribuna da Imprensa* para divulgar sua existência.

3. As interações entre Carlos Lacerda, o Clube da Lanterna e a *Tribuna da Imprensa*

É possível afirmar que o Clube da Lanterna é uma evidência do prestígio de Carlos Lacerda entre parte da população do Rio de Janeiro. Apesar de ter sido fundado por um funcionário da *Tribuna da Imprensa*, a organização começou a associar pessoas para além dos quadros do jornal. Oficiais militares – principalmente da Aeronáutica – são um exemplo daqueles que se sentiam representados pelo que defendia Carlos Lacerda. Em livro, o então major Gustavo Borges pontuou sua admiração:

O jornalista passou a ser o líder dos militares, pois era o único que tinha a coragem, a dialética e o veículo desejado por todos nós, calados tanto

¹⁴ DULLES, John. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador (1914-1960)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 163.

por foça dos regulamentos como por não possuímos as qualidades intelectuais daquele extraordinário orador e polemista.¹⁵

Apesar de ser impedido de se associar ao Clube da Lanterna pelos regulamentos das Forças Armadas, Gustavo Borges foi um dos militares que se ofereceu para escoltar Carlos Lacerda pelos eventos que participava na cidade. Sua motivação teria se embasado no histórico de agressões perpetradas contra o jornalista. Borges afirmou que muitas vezes ele e seus colegas eram acompanhados por suas esposas nos trabalhos de escolta. Inclusive, disse que sua esposa Glória “era assídua” dos eventos que tinham Carlos Lacerda como palestrante.¹⁶

Um indício corrobora a afirmação do major Borges. Em 1953, o Clube da Lanterna redigiu um manifesto de fundação publicado na *Tribuna da Imprensa*. De acordo com Mendonça, mais de trinta pessoas assinaram o documento que expressava os estatutos da organização. Destacamos entre eles os nomes de Glória Borges e Maria Lygia Vaz, ambas casadas com oficiais da Força Aérea Brasileira. No atual estágio desta pesquisa, ainda persistem lacunas a preencher sobre quem eram alguns dos outros fundadores do Clube da Lanterna. Até o momento, nos foi possível identificar a participação de três jornalistas da *Tribuna da Imprensa* (Amaral Netto, Diógenes Ferreira e Waldir Figueiredo¹⁷) e um esportista (Pedro Theberge¹⁸).

Fidélis dos Santos Amaral Netto foi um dos primeiros repórteres contratados por Carlos Lacerda para trabalhar no seu jornal segundo o historiador Renato Lemos.¹⁹ Anteriormente, Amaral Netto era colunista internacional no *Correio da Noite*, periódico católico dirigido por Dom Hélder Câmara. Ao listar os jornalistas da *Tribuna*, Dulles afirmou que Diógenes Ferreira era então o único fotógrafo do jornal.²⁰ Informações sobre Waldir Figueiredo se encontram no livro de Stefan Baciú, ex-colunista da *Tribuna da Imprensa*. Em uma de suas recordações dos tempos de redação, o autor elencou quais seriam as características do colega:

[...] Valdir Figueiredo, excelente profissional, divertidíssimo, cheio de humor, encantadora pessoa, que vendia simpatia e era autor de pitorescas histórias.

¹⁵ BORGES, Gustavo. *Getúlio e o mar de lama. A verdade sobre 1954*. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 2001. P. 19.

¹⁶ BORGES, Gustavo. *Getúlio e o mar de lama. A verdade sobre 1954*. Op. Cit. 2001. P. 21.

¹⁷ DULLES, John. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador (1914-1960)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 131.

¹⁸ TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro. Ano: III. Edição: 0469. 02 de julho de 1951. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/5353 Acesso em: 02/06/2020. P. 01.

¹⁹ Cf. Renato Lemos. Fidélis do Amaral Netto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

²⁰ DULLES, John. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992. P. 128.

Valdir, tão superficial e ‘carioca’ à primeira vista, era, de fato, amigo a toda prova, cheio de boa vontade e de caráter, ‘lacerdista doente’ como a maioria da turma da ‘velha Tribuna’. Pouco a pouco me aproximaria de Valdir e entre nós nasceu uma amizade que durou quase uma década e cujos laços afetivos, apesar de todas as distâncias, são tão fortes hoje como ontem.²¹

Nos parece razoável supor que Amaral Netto se enquadrava no grupo dos “lacerdistas doentes” descritos por Stefan Baciú. Primeiro, por ter oferecido a “Festa da Lanterna” em sua casa em Niterói (para comemorar a derrota infligida à *Última Hora* e ao governo Getúlio Vargas). Segundo, por ter sido idealizador do Clube da Lanterna. Entre 1953 e 1954, a organização buscou divulgar sua existência e angariar adeptos às suas fileiras. Em um levantamento preliminar, notamos a quantidade de matérias publicitárias do Clube da Lanterna veiculadas na *Tribuna da Imprensa*, principalmente informações sobre como os interessados poderiam se associar à organização. Existiam três modalidades de inscrição: cartões diamante, ouro e prata. Cada uma destas representava uma quantidade de assinaturas (trimestrais, semestrais ou anuais) da *Tribuna da Imprensa* de direito do associado (dez, três e uma, respectivamente). Além disso, no ato de inscrição, o proponente deveria indicar a quais pessoas gostaria de endereçar as edições extras do jornal.²²

Em verbete sobre o Clube da Lanterna, o historiador Sérgio Lamarão pontuou que a organização realizou sua primeira assembleia no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O evento foi prestigiado por deputados e senadores dos três principais partidos (PTB, PSD e UDN):

A primeira reunião oficial do clube realizou-se na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 19 de maio de 1954. [...] Participaram da assembleia, entre outros, o senador Hamilton Nogueira e os deputados federais Raimundo Padilha, José Eduardo Prado Kelly, Olavo Bilac Pinto, Odilon Braga, Maurício Joppert e Heitor Beltrão – todos da UDN; os deputados federais Raul Pilla e José Pereira Coelho de Sousa, do Partido Libertador (PL); Anésio Frota Aguiar, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Hermes Pereira de Sousa, do Partido Social Democrático (PSD), além de Lacerda, Amaral Netto, Alcides Carneiro e dois estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, de São Paulo.²³

²¹ Há uma diferenciação na grafia do nome do jornalista nos livros de John Dulles e Stefan Baciú. No primeiro, “Waldir” foi escrito com “W”, enquanto o segundo usou a letra “V”. Optamos por manter as duas formas quando citamos os jornalistas que assinaram o manifesto do Clube da Lanterna (onde Dulles foi a referência utilizada) e no trecho transcrito de Baciú. BACIU, Stefan. *Lavradio 98. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. P. 48.

²² TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro. Ano: V. Edição: 1120. 29-30 de agosto de 1953. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12691 Acesso em: 02/06/2020. P. 05.

²³ Cf. Sérgio LAMARÃO. Clube da Lanterna. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Enquanto o Clube da Lanterna se expandia com apoio da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda investia contra o governo Getúlio Vargas por meio de outros acontecimentos. Em maio de 1954, o repórter Nestor Moreira (*A Noite*) foi assassinado por policiais dentro do 2º Distrito Policial (Copacabana). À época, os acusados eram funcionários do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), instituição subordinada ao Ministério da Justiça de Vargas. O crime teve ampla cobertura da imprensa (inclusive da *Última Hora*) e Lacerda passou a criticar a brutalidade policial.²⁴

Poucos meses após a morte de Moreira aconteceu o atentado contra Carlos Lacerda no qual morreu o major Rubens Vaz (casado com Lygia, uma das fundadoras Clube da Lanterna). Se a estabilidade do governo já vinha sendo abalada desde a CPI da *Última Hora*, o homicídio de um militar e a tentativa de assassinato de um jornalista opositor foi o ápice para a instabilidade do regime. A idoneidade do DFSP para investigar o crime passou a ser questionada na *Tribuna da Imprensa*. Oficiais da Aeronáutica organizaram uma averiguação paralela graças a um Inquérito Policial Militar (IPM) aberto em função do calibre da arma utilizada no atentado. O major Gustavo Borges, um dos seguranças de Lacerda, atuou na investigação militar.

Com a descoberta do envolvimento de agentes da guarda presidencial de Vargas no crime, o Clube da Lanterna passou a exigir a renúncia por intermédio de manifestos veiculados na *Tribuna*. Jornais que já haviam se posicionado contra o governo no caso da CPI da *Última Hora* se manifestaram editorialmente a favor da saída de Vargas da presidência em função do crime ter sido relacionado ao Palácio do Catete.²⁵ O suicídio de Getúlio Vargas em fins de agosto de 1954 deflagrou uma reorientação de forças. Tanto Carlos Lacerda quanto a *Tribuna da Imprensa* se tornaram alvos da revolta popular que inundou as ruas do Rio de Janeiro que os responsabilizava pela morte do presidente. Foi necessário que a Polícia Especial enviasse uma equipe para evitar a invasão do jornal.²⁶

Até esse desfecho trágico, se observa que a oposição capitaneada por Carlos Lacerda vinha em uma crescente. Se, por um lado, o jornalista contava com a *Tribuna da Imprensa* para promover suas campanhas combativas, por outro teve no Clube da Lanterna uma organização civil disposta a reunir pessoas que quisessem somar forças contra o governo. O que

²⁴ PEREIRA, Caio César Cuozzo. *O xadrez dos abutres: práticas políticas nas notícias policiais do jornal Última Hora durante o governo Getúlio Vargas (1951-54)*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2020.

²⁵ ABREU, Alzira Alves de. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de Agosto de 1954*. In: ABREU, Alzira Alves de. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

²⁶ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. Op. Cit. 2002. P. 155.

intencionamos evidenciar aqui, com base pesquisas historiográficas e fontes, foi como essas instituições interagem e se retroalimentavam em torno da figura de Carlos Lacerda. O jornal dava publicidade aos manifestos e orientações de associação divulgados pelo Clube da Lanterna. A organização retribuía com pagamentos de assinaturas e, possivelmente, com a ampliação do público leitor da *Tribuna* através da determinação aos seus associados de indicar quem deveria receber as edições do jornal. Esse cenário foi ampliando quando, em 1956, o Clube da Lanterna lançou a revista *Maquis*.

4. O lançamento da revista *Maquis*

Os acontecimentos de agosto de 1954 ainda repercutiam no campo político brasileiro no momento em que se aproximavam as eleições de 1955. No âmbito legislativo, o Clube da Lanterna endossou uma lista de candidatos que tinha Carlos Lacerda como aspirante a uma vaga de deputado federal. Entretanto, quando o assunto era o cargo máximo do poder executivo, o Clube da Lanterna defendeu a tese de que era necessário adiar a disputa. De acordo com o historiador Jorge Ferreira, a organização se pautava pela tese de Carlos Lacerda de que o povo estaria traumatizado pela morte de Getúlio Vargas e que esse cenário prejudicaria a corrida presidencial.²⁷

Apesar disso, os partidos continuavam seus trabalhos de articulação de candidaturas (em especial PTB, PSD e UDN). A UDN anunciou inicialmente Etelvino Lins, dissidência do PSD. Entretanto, Lins desistiu de concorrer e o partido optou pelo general Juarez Távora. O problema para a UDN era a aproximação entre seus adversários. O PTB e o PSD repetiram a fórmula de 1950, desta vez com Juscelino Kubistchek e João Goulart formando a chapa da coligação partidária. Destes, talvez Goulart tenha sido o que mais representava uma ameaça para os membros da UDN. O político havia sido Ministro do Trabalho durante o governo de Getúlio Vargas. Sob sua gestão foi aprovada a proposta de aumento de 100% do salário mínimo (1953), ato que desagradou militares, udenistas e Carlos Lacerda. Já Kubistchek construiu sua carreira política em Minas Gerais e havia alcançado o cargo de governador.

Novamente, a campanha promovida pelo jornalista (e agora com apoio do Clube da Lanterna) não conseguiu obstaculizar a vitória da chapa PSD-PTB. A UDN enfrentava a terceira

²⁷ FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. P. 170.

derrota consecutiva em disputas presidenciais. O resultado eleitoral motivou novas investidas da oposição, assim como ocorreu com Getúlio Vargas. De acordo com Mendonça:

Em face disso, os partidários do golpe, congregados principalmente no “Clube da Lanterna”, promoveriam diversas manifestações de repúdio à posse dos eleitos. Numa mensagem divulgada em 20 de outubro, o Clube conclamou o povo a resistir aos “ladrões e traidores” que “aí estão de volta” [...]. Logo a seguir, organizaram uma reunião na sede da ABI, para onde acorreram centenas de correligionários.²⁸

A proposição golpista adotada por Carlos Lacerda e pelo Clube da Lanterna encontrava eco nas Forças Armadas. Em outubro, o coronel do Exército Jurandir Mamede discursou no enterro do general Canrobert Pereira da Costa sobre a falsa legalidade do sistema democrático brasileiro. O militar se referia diretamente ao resultado eleitoral que havia consagrado Kubistchek e Goulart. As declarações de Mamede desagradaram o então Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott que decidiu punir seu subordinado. Mas, para tanto, Lott dependia da aprovação do presidente Café Filho pois Mamede lecionava na Escola Superior de Guerra, braço intelectual do Exército diretamente ligado ao presidente. Naquele momento, o presidente Café Filho havia sido hospitalizado por um problema cardíaco e quem ocupava o cargo era Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Este, que se alinhava com a UDN, vetou a punição ao coronel Mamede. De acordo com a historiadora Karla Carloni:

Carlos Luz afirmou ao general que não havia nada a punir. Então, imediatamente, Lott perguntou a quem deveria passar a pasta da Guerra. O presidente lhe apontou o nome do general Fiúza de Castro – que já se encontrava no Palácio do Catete, pronto para assumir o cargo – e teceu elogios sobre esse oficial. Lott fez detalhadas considerações a Carlos Luz sobre o perigoso posicionamento político de Fiúza – chefe de um grupo dentro do Exército e ativo participante nos acontecimentos de agosto de 1954 e que, por este mesmo motivo, não tinha ocupado o ministério da Guerra quando Café Filho montou o seu ministério.²⁹

Ao biografar a trajetória de Teixeira Lott, Carloni atentou para a tensão existente dentro do Exército entre grupos de posições políticas divergentes. Havia o Movimento Militar Constitucionalista (MMC) articulado ao Partido Social Democrático que reunia militares de perfil nacionalista. Em contrapartida, a Cruzada Democrática (CD) aglutinou forças da ala conservadora militar (da qual Fiúza de Castro fazia parte). A demissão de Lott provocou a

²⁸ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. São Paulo: Editora Códex, 2002. P. 184-185.

²⁹ CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. (Tese de doutorado) Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

reação do general Odílio Denys que comandava a Zona Militar do Leste. Após se reunir com Lott, o oficial ordenou que suas tropas ocupassem o Palácio do Catete e outros pontos estratégicos do Rio de Janeiro. A ação militar derrubou Carlos Luz do poder e garantiu que os eleitos tomassem posse.

É possível que as primeiras edições da revista *Maquis* de Amaral Netto tenham sido publicadas neste contexto de tensão política. Isto porque em seu primeiro número publicado em 1956, a revista usou o número 7 na edição. Isto indica que em 1955 Amaral Netto produziu seis edições de *Maquis*. Segundo Mendonça, o jornalista contou com o auxílio de colegas da *Tribuna da Imprensa* para escrever e mimeografar *Maquis* em 1955. Essa informação aponta para a suposição de que Amaral Netto não tinha os recursos necessários para estruturar uma empresa jornalística naquele momento.³⁰ No estágio atual desta pesquisa, não localizamos qualquer cópia destas supostas edições de 1955.

O que mudou em 1956 para que o jornalista conseguisse estruturar *Maquis*? Não temos resposta para essa pergunta na historiografia sobre o período. Porém, quando fizemos um levantamento a partir do nome *Maquis* no banco de periódicos da Biblioteca Nacional encontramos indícios de como isso ocorreu. Amaral Netto investiu em anúncios nos jornais *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa* para divulgar sua subscrição de ações para os interessados em ser sócios da revista que pretendia lançar. O jornalista disponibilizou duas mil ações de Cr\$ 1.000,00 cada e aceitou que os compradores pudessem parcelar o valor em até dez vezes. Cada associado teria direito a voto nas assembleias da Editora Reforma, instituição também fundada por Amaral Netto para gerir a revista *Maquis*.³¹

É importante ressaltar que, apesar de explicar como a revista foi financiada, essas informações não esgotam a questão. Foi o próprio Amaral Netto que pagou pelos espaços publicitários nos jornais *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa*? No caso deste último, a relação entre o jornalista e Carlos Lacerda teria influenciado para que pudesse publicar as informações de subscrição sem ter que pagar? Quantas ações foram compradas e que capital Amaral Netto teve para estruturar a revista? Outras formas de financiamento da revista aconteceram? Essas perguntas se tornam ainda mais relevantes quando observamos a composição editorial de *Maquis*: edições acima de quarenta páginas cada, publicadas quinzenalmente, impressão em cores e uso rotineiro de fotografias em suas matérias. Como não

³⁰ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. Op. Cit. 2002. P. 143.

³¹ TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro. Ano: VIII. Edição: 1913. 16 de abril de 1956. http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/27345 Acesso em: 02/06/2020. P. 09.

há na historiografia respostas para essas questões, somente o trabalho de pesquisa sobre *Maquis* pode nos fornecer evidências para solucionar tais dúvidas.

A data de lançamento da revista no mercado jornalístico foi 05 de agosto de 1956. Neste dia faziam dois anos do atentado contra Carlos Lacerda que deflagrou a crise do governo Getúlio Vargas que terminaria com o suicídio do então presidente. Recordemos que, em 1954, Amaral Netto estava alinhado com Lacerda na exigência pela destituição de Vargas do poder. Assim, a data de lançamento possui um sentido que expressa a posição ideológica da revista *Maquis* alinhada, naquele momento, com a oposição. Não é exagerado supor que essa demarcação de posição se dirigia também ao presidente Kubistchek afinal, Amaral Netto participou da luta contra sua posse após a tentativa infrutífera da UDN de tentar adiar às eleições.

Ao investigar a trajetória de Amaral Netto, a historiadora Katharina Krause se deteve sobre os principais colaboradores da revista *Maquis*. Parte desta equipe foi formada por colegas de redação de Amaral Netto na *Tribuna da Imprensa*. Com base no expediente da revista, a autora identificou: Araújo Netto, Hermano Nobre Alves, Hilde Weber, Luiz Lobo, Mário Franqueira, Murilo Melo Filho, Newton Carlos, Ronaldo Theobald e Stefan Baciú, entre outros. Além dos jornalistas da *Tribuna*, *Maquis* contou com a colaboração de correligionários da União Democrática Nacional (Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos de Melo e Franco, João Agripino e Rafael Correia de Oliveira). Essas informações sobre a equipe reforçam a percepção de que a data de lançamento da revista foi definida para posicionar a publicação na oposição ao governo. Para Krause:

Embora também versasse sobre assuntos variados e até culturais, *Maquis* foi, sem dúvida, um jornal panfletário, e muitas vezes agressivo em seu discurso. Atendendo à agenda udenista tanto da versão amena quanto da radical, a revista era uma plataforma da oposição ao governo Juscelino Kubistchek-João Goulart. [...] O engajamento de intelectuais que expressavam suas opiniões em *Maquis*, um veículo cultural de difusão, mostra como as dimensões da história dos intelectuais, da história cultural e da história política mantêm vínculos estreitos. Nesse projeto, Amaral contou com ampla rede de sociabilidades que incluía membros da UDN, assim como intelectuais e profissionais atuantes na vida política e intelectual que continuaram ativos também nos anos seguintes à extinção da revista, alguns dos quais até recentemente, outros ainda hoje.³²

³² KRAUSE, Katia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, o Repórter – 1968-1985*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016. P. 27-28.

A rede de relações entre jornalistas, intelectuais e políticos da UDN manifestada na revista *Maquis* reforça a importância de se investigar o financiamento da publicação e, também, sua atuação durante o governo Juscelino Kubistchek. Sobre sua circulação no Rio de Janeiro, a principal referência encontrada na historiografia foi a apreensão da edição número 09 da revista (11/1956). Naquela publicação *Maquis* reproduziu uma página do jornal *Tribuna da Imprensa* que continha um artigo de Carlos Lacerda com críticas ao presidente Juscelino Kubistchek e ao vice João Goulart. Antes mesmo de chegar às bancas a revista foi apreendida pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal coronel Augusto Magessi. Amaral Netto e alguns jornalistas de *Maquis* foram presos juntos de suas esposas que se encontravam na sede da Editora Reforma prontos para distribuir a edição.³³

Convém explicar os motivos dessa intervenção policial. A iniciativa de Carlos Lacerda amplificada pela revista *Maquis* foi uma resposta ao que estava acontecendo no Rio de Janeiro. Meses antes, dirigentes do PTB, oficiais militares, sindicalistas e comunistas criaram a Frente de Novembro. De acordo com Lamarão, o movimento propunha “uma força popular nacionalista integrada por trabalhadores e soldados visando a emancipação econômica do país [...]”.³⁴ Ou seja, a Frente tinha uma proposta de atuação similar àquela que motivou a criação do Clube da Lanterna. Em novembro, a Frente estava organizando um evento público para homenagear o Ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott por ter orquestrado o contragolpe de 1955 que derrubou Carlos Luz do poder e garantiu a posse dos eleitos.

Ao analisar o governo Kubistchek, a historiadora Maria Victoria Benevides defendeu que o presidente evitou tomar qualquer medida que pudesse ser interpretada como um sinal de sua simpatia pela Frente de Novembro ou pela oposição. A tensão gerada por essas disputas entre grupos antagônicos fez com que Kubistchek determinasse o fechamento tanto do Clube da Lanterna quanto da Frente de Novembro. Contraditoriamente, o presidente não retaliou a revista *Maquis* e, além disso, liberou a veiculação da edição número 09. Estes fatos indicariam a preocupação de Kubistchek com a capacidade da imprensa de prejudicar seu governo? É possível, afinal, seu antecessor enfrentou uma quantidade significativa de crises políticas em que o campo jornalístico era personagem ativo. Talvez esse cenário se enquadre na busca pela estabilidade política por parte de Kubistchek, como pontuou Benevides:

A crise culminou com o fechamento de dois principais centros de agitação: a “Frente de Novembro”, recém-fundada, reunindo parlamentares

³³ KRAUSE, Katia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, o Repórter – 1968-1985*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016. P. 34.

³⁴ ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Op. Cit. 1996. P. 117.

situacionistas, e o “Clube da Lanterna”, associação “golpista”, criada pelos adeptos de Carlos Lacerda, advogando um governo de emergência desde os primeiros meses de 1955. O fechamento de um centro de “esquerda” e outro de “direita” foi a melhor saída encontrada pelo governo para contornar a crise, mantendo-se o equilíbrio das forças e a autoridade do Ministro da Guerra.³⁵

Certo é que, após o decreto de fechamento do Clube da Lanterna, a revista *Maquis* se tornou a instituição que reunia pessoas que tinham em comum o combate ao governo Kubistchek capitaneadas pelo jornalista Fidélis dos Santos Amaral Netto. Mesmo sendo definida como um veículo agressivo e panfletário por Krause, *Maquis* se manteve ativa durante todo o mandato de Kubistchek e só encerrou suas atividades em 1962, quando Amaral Netto já figurava como deputado eleito pela União Democrática Nacional.

Por fim, gostaríamos de ressaltar as negações de participação no Clube da Lanterna feitas por Carlos Lacerda *a posteriori*. Nos anos 1970, o jornalista disse não ter tido qualquer participação na organização das atividades do Clube e afirmou que estava fora do Brasil quando este fora criado por Amaral Netto. Indo além, Lacerda disse ter percebido que o Clube da Lanterna era uma “[...] espécie de clube fascistóide (não digo fascista, mas fascistóide) cheio de gente com as melhores intenções, cheio de idealistas convencidos que estavam seguindo a minha liderança”.³⁶ Entretanto, ao observarmos a historiografia do período e algumas evidências empíricas fica evidente que havia uma interação entre Lacerda, o Clube e, depois, com a revista *Maquis*. O caminho que traçamos até aqui estabelece uma compreensão para a origem e fundação de *Maquis*. Mas, há ainda muito a ser investigado sobre essa instituição que fez oposição ao governo Kubistchek.

5. Algumas respostas, muitas perguntas

Nosso objetivo neste artigo foi debater pesquisas historiográficas que, em alguma medida, abordaram as instituições Clube da Lanterna e sua revista *Maquis* e apresentar alguns indícios de suas respectivas atuações no período dos anos 1950. A partir disso, foi possível explicar as origens dessas instituições e como foi o processo de fundação da revista. Tendo em mente nossos referenciais teóricos, também almejamos apresentar um panorama sobre quem

³⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubistchek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. P. 161.

³⁶ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 3º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. P. 66.

eram os jornalistas que atuavam em *Maquis* e a inserção deste veículo jornalístico em um momento de tensão política do governo Kubistchek (1956).

Entretanto, a quantidade de referências diminui drasticamente quando voltamos o olhar para a atuação de *Maquis* nos anos subsequentes do governo Kubistchek (1957-61). O Clube da Lanterna havia sido fechado por decreto mas sua revista continuou ativa. Podemos apontar algumas explicações para essa lacuna na historiografia. Primeiro, todas as pesquisas nas áreas das Ciências Humanas discutidas aqui não tinham como objeto de pesquisa a revista *Maquis* ou mesmo o Clube da Lanterna. Essas instituições figuram nestes trabalhos pelo fato de que suas origens e suas atuações terem se entrecruzado com os caminhos de personalidades políticas (Vargas, Kubistchek, Lacerda), partidos (PSD, PTB e UDN), militares (Lott, Denys e Magessi) e jornais (*Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*).

Se, como nos diz Maria Benevides, nos anos JK, a estabilidade política foi instável em função da fragmentação partidária e militar, qual foi a importância de uma revista recém fundada que tinha por linha editorial a oposição ao governo e que se relacionava com a UDN? Se e como *Maquis* se articulava com outros jornais de oposição, tal qual o *Tribuna da Imprensa*? Por outro lado, resguardado o levantamento feito por Krause, ainda há muito a ser investigado sobre os agentes sociais que escreviam em *Maquis*. Esses jornalistas foram personagens centrais para que a revista pudesse produzir interpretações sobre a realidade através das notícias. Quem eram esses agentes? Quais suas trajetórias? Quais suas redes de relações? O que defendiam e o que repudiavam? Que assuntos abordavam em notícias para combater o governo?

Esse conjunto de perguntas justifica afirmarmos que há uma lacuna na historiografia e defendermos que é necessário questionar a atuação jornalística de *Maquis*, a revista do Clube da Lanterna. Essas perguntas são os motores da pesquisa que estamos desenvolvendo. Há que se entender sua inserção em um período marcado por instabilidades em que a imprensa foi um campo ativo na política.